

Com muito empenho e dedicação dos e das estudantes que compõem o projeto, a Revista Estudantil Manus Iuris (REMI) – do curso de Direito da Universidade Federal Rural do Semiárido – lança o primeiro número do seu segundo volume. A revista é desenvolvida de forma autônoma por estudantes de direito da instituição e comemora o seu êxito editorial, que se reflete tanto na alta procura estudantil - com bom número de submissões, bem como na periodicidade de sua publicação.

A presente edição da REMI conta com a colaboração de catorze autores/as que assinam os oito artigos e a resenha nela publicadas. A edição também inovou o seu formato com a inclusão de textos autorais de cunho artístico (contos, crônicas, poemas), bem como de outros formatos (fotografia, charge, pintura, desenho, tirinha de quadrinho etc.). Esta seção apresenta obras de quatro autores/as, contemplando os gêneros poesia, conto e ópera.

A primeira seção da revista é dedicada à publicação de resenhas. A única resenha presente na edição é de autoria de Paula Paciullo de Oliveira, intitulada *A eficácia subjetiva da coisa julgada na ação coletiva a partir do RE 612043 do STF*. Nela, a autora analisa o conteúdo decisório do recurso extraordinário 612043, no qual o STF decidiu sobre (os limites) da eficácia da coisa julgada nas ações coletivas ordinárias intentadas por associações civis, bem como sobre a representação processual dos filiados pelas associações civis.

A segunda seção da revista dedica-se à publicação de artigos. Foi aberta pelo texto intitulado *A criminalização do funk e a condenação do furacão 2000: um estudo à luz da criminologia crítica*, produzido por Mariana Guedes de Oliveira Correia, que debate o processo de criminalização da expressão cultural “funk” pelos órgãos de controle administrativos e jurídicos brasileiros. A autora discute como esse processo está intrinsecamente ligado ao lugar social no qual o funk é produzido no Brasil, isto é, as favelas e comunidades periféricas das grandes capitais do país e, como historicamente, o lugar marginal de sua produção fez com que também fosse diretamente associado à criminalidade e às drogas – o que, à luz da criminologia crítica, evidencia o olhar enviesado e, portanto, preconceituoso que direciona a atuação das instituições estatais para uma utilização dos mecanismos de coerção como um forma de controle social da pobreza (miserável, negra, marginalizada) e da cultura periférica. Para tanto, a autora analisa o processo judicial que condenou a produtora musical Furacão 2000 por fazer apologia ao crime.

O segundo artigo, de autoria de Lueverton Gonçalves dos Santos e Lucas Gabriel Duarte Neris, foi intitulado *A sustentabilidade como direito fundamental: instrumentos constitucionais para o cumprimento da agenda 2030*. No texto, encontra-se uma discussão acerca do disciplinamento jurídico constitucional sobre a matéria ambiental, verificando sua adequação aos objetivos elencados na Agenda 2030, bem como a discussão sobre o status de direito fundamental para a sustentabilidade no ordenamento jurídico pátrio.

No terceiro artigo, encontra-se uma discussão sobre o acesso à justiça com fundamento nas obras de Mauro Cappelletti e Bryant Garth. O autor Caio Henrique Lima Vieira e a autora Cintia Souza de Freitas, no artigo *As ondas de acesso à justiça e suas implicações no sistema jurídico brasileiro*, situam as ondas do acesso à justiça, observando as transformações empreendidas tanto na estrutura do sistema de justiça, quanto na própria compreensão do acesso à justiça como um direito fundamental, com vistas a garantir sua ampliação e diversificação. Buscam compreender a aplicabilidade dessas transformações no Brasil, analisando as

deficiências de nossa realidade social na efetivação desse direito.

O quarto artigo publicado nesta edição é de autoria de Ana Luiza de Carvalho Lisboa e foi intitulado *Gig economy e as (re)configurações de trabalho*. A autora discute o processo de precarização das relações de trabalho em curso no Brasil e no mundo, observando as novas configurações estabelecidas em nossa sociedade – gig economy – e como podem ser regulamentadas pelo universo do direito do trabalho. Tenta refletir questões como a uberização, o crowd work e o work on demand e os desafios regulatórios.

Em seguida, vem a *Hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos e sua incorporação no ordenamento jurídico pátrio*, de autoria de Alex Rodrigues da Silva e Rafael Danrley Barra de Menezes. O trabalho discute o processo de incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos pelo ordenamento jurídico nacional, bem como tece algumas considerações sobre a posição hierárquica por eles ocupada.

O escrito por Erick Melo Fernandes Faria e Nikaelly Lopes de Freitas, foi intitulado de *O massacre no presídio de Altamira: interseções entre racismo ambiental e necropolítica na região Norte*. O trabalho discute a ocorrência de ações de extermínio no âmbito da unidade prisional do município de Altamira/PA, analisando como esta prática tem se tornado recorrente dentro do cenário de violação aos direitos humanos no Brasil (em especial, na região Norte) e na América Latina. Para além disso, os autores articulam a prática do extermínio dentro dos presídios com os conceitos de racismo ambiental e necropolítica, verificando o seu imbricamento e incidência no contexto estudado. O artigo também discute as violações de direitos humanos que ocorreram no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no caso concreto por eles apresentado.

A caminho do fim desta seção, encontra-se o texto *Partidos Políticos e democracia: os efeitos das cláusulas de barreira e de desempenho sobre as dinâmicas partidárias e eleitoral*, cuja autoria é de João Pedro Martins de Sousa. O texto debate as transformações jurídicas que incidiram sobre os partidos políticos nas últimas décadas, buscando diferenciar as cláusulas de barreira da cláusula de desempenho. Busca ainda compreender quais os efeitos jurídicos diretos e indiretos desses institutos sobre as dinâmicas partidária e eleitoral.

Finalizando a seção “artigos”, tem-se, também na temática laboral, o trabalho de Bianca Silva Matos, intitulado de *Reforma Trabalhista e facultatividade da contribuição sindical: uma análise do setor comerciário da cidade de Salvador/BA*. O artigo busca a realização de uma análise de quais os impactos da reforma trabalhista no mercado de trabalho – setor terciário - da cidade de Salvador/BA, observando qual a atuação dos agentes de regulação do trabalho diante dessa nova realidade.

Encerrando a presente edição, encontram-se quatro contribuições artísticas que evidenciam que a existência humana também é constituída pelo lírico e pelo lúdico. As contribuições apresentam o potencial criativo dos/as estudantes de direito, demonstrando, assim como Caetano Veloso, que “apenas a matéria vida era tão fina”.

A autora Aléxia Chaves Maia publica o poema intimista *Descoberta*. Já Levi Sanger Pereira Cruz apresenta o micro-conto Mitô. Moacir Ribeiro da Silva apresenta uma ópera, denominada de *Ópera Indômita do Vento*, a qual dedica ao Aracaty e, por fim, Yago Barreto Bezerra é autor do micro-conto *Um ilustre*

mendigo.

Dr^a. Gilmara Joane Macêdo de Medeiros